PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS

Rosi Maria Prestes[1]
Antonio Joreci Flores[2]

RESUMO

Neste artigo estará sendo tratada uma questão de grande relevância para o meio rural do Médio Alto Uruguai, do Rio Grande do Sul, pois objetiva relatar e comentar a construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS definidor das ações que podem contribuir com um bom desempenho da agricultura familiar do referido território. O PTDRS representará um grande instrumento orientador de possíveis atitudes que contribuam com um melhor desenvolvimento deste setor da agricultura regional. O mesmo pode ser entendido como um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro, visando ao desenvolvimento sustentável do território, resultante de consensos compartilhados por atores sociais (grupos e segmentos diferenciados da sociedade civil), Estado e Federação, nas decisões tomadas no processo participativo. Também constará neste texto um conjunto de

[1] Bióloga, Pós-graduanda em Desenvolvimento Sustentável - URI - Campus de Frederico Westphalen.
[2] Professor da URI - Campus de Frederico Westphalen

possibilidades que poderão estar nascendo a partir da construção coletiva e propositiva que estarão sendo geradas como indicadores de projetos de desenvolvimento sustentável que contribuirão com uma nova dinâmica desta agricultura familiar. A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Campus de Frederico Westphalen é a entidade executora das ações que, em parceria com entidades regionais, que culminaram com a construção do PTDRS, através de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Palavras-chave: Agricultura familiar, sustentável, território.

ABSTRACT

This article will deal with a question of great relevance for the rural way in the Medium High Uruguay, in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, because its aims are to tell and to comment on the construction of a Territorial Plan of Rural Sustainable Development - PTDRS, defining the actions that can contribute for a good development of the family agriculture to the referred territory. The PTDRS will represent a relevant instrument that can contribute to a better development of this branch of regional agriculture. It can also be understood as an organized set of lines of directions relative to strategies and commitments to the actions that will be carried through in the future, aiming at to the sustainable development of the territory as a result of a shared consensus by social actors (groups and diferentiated segments of the civil society), State and Federation, in the decisions taken in the participative process. It is also considered in this text a set of possibilities that may be springing up from the collective and propositive construction that are being

generated as indicators of sustainable development projects that will contribute as a new dynamics of this family agriculture. The Integrated Regional University of the Medium High Uruguay and of the Missions - URI, Frederico Westphalen City Campus is the executor entity of the actions that, in partnership with regional entities have culminated in the construction of the PTDRS, through an agreement with the Ministry of the Agrarian Development (MDA), and the Secretary of Territorial Development (SDT).

Key Words: Family Agriculture, Maintainable/Sustainable, Territory.

1 INTRODUÇÃO

A região denominada Médio Alto Uruguai no Rio Grande do Sul é caracterizada, em seu espaço geográfico, pelo ainda expressivo número de agricultores familiares que residem no meio rural, mesmo considerando o grande fluxo de pessoas em direção às grandes cidades do estado e municípios pólos regionais, na busca de melhores alternativas de sobrevivência.

Esse êxodo rural referido poderá ser diminuído e até estabilizado, dependendo das políticas públicas, principalmente, as que os governos adotarem para os agricultores familiares, base da economia do território, para terem melhores condições de progredirem e resultados econômicos que possibilitem uma vivência mais digna para suas famílias, e, em conseqüência, para toda a sociedade regional.

O segmento da agricultura familiar, que é predominante na referida região, representa 58% da riqueza gerada e 56% da sua população (FEE, 2000), ainda reside no meio rural. Na geração da economia, isso é muito representativo, pois a maior parte do

PIB (Produto Interno Bruto), que é originário deste segmento, é fator decisivo para o conjunto da sociedade regional. Os fatores que devem melhorar para que isso, não só permaneça como avance, deverá ter uma maior dedicação de políticas públicas, através de programas de apoio permanente a esse segmento da produção. Por outro lado, deve-se considerar de grande importância o número significativo de pessoas dos municípios da região residente no meio rural. Isso representa um fator importante, tanto na oferta de pessoal para as atividades agrícolas como a manutenção das características culturais das comunidades, municípios e região.

Muitas ações estão propostas e praticadas para canalizar apoio aos agricultores familiares da região, tanto de governos como da iniciativa privada, cada um na sua competência. Isso tem servido, de certa maneira, para manter a situação dos agricultores, evitando maiores dificuldades.

Do governo federal, a região vem recebendo apoios que sinalizam para possibilidades de enfrentamento da maior problemática dos agricultores da região que é a prática de uma matriz produtiva não adequada para as características regionais, mas que é praticada a partir das sinalizações do mercado globalizado. Nisso tem-se uma assistência técnica com grandes dificuldades estruturais e metodológicas para apoiar os agricultores, e linhas de créditos que visam o produto e não a propriedade como um todo. Essa matriz produtiva vem descapitalizando os agricultores a cada ano, pois não está gerando os recursos necessários para as demandas e necessidades dos agricultores, e, em conseqüência, causando problemas na renda regional.

Por outro lado, tem a região recebido um apoio significativo, como política pública em construção, das políticas propostas e praticadas pela SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial), do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que está motivando uma maior organização dos segmentos sociais e dos agricultores familiares para assumirem, definitivamente, como

atores do seu processo de desenvolvimento de uma maneira mais intensiva, construindo seu próprio Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS onde estarão identificadas e definidas as políticas e ações que podem apoiar o território Médio Alto Uruguai/RS de uma maneira mais direta e eficiente.

Entre as políticas públicas necessárias e eficientes, pode-se destacar também, a aplicação dos recursos do Pronaf Infra-estrutura que vem sendo destinados, principalmente, em apoio às iniciativas dos agricultores familiares, no processo de transformação de sua produção, que é o caso de um conjunto de pequenas agroindústrias nas diversas características: em formação, formadas, ampliadas integradas em redes.

Nesse sentido, a região, por iniciativa de seus agricultores e lideranças, e apoiadas, principalmente pelo governo federal, com apoio do estado e municípios, está colocando em prática, com todas as dificuldades sabidas, uma proposta de reversão da situação dessa agricultura. Isso está fortemente representado pelo conjunto de iniciativas existentes com foco nas pequenas agroindústrias disseminadas por esta região.

O fortalecimento e consolidação dessas iniciativas que necessitam contar com o apoio público para que seus objetivos de contribuir para a melhoria das condições de vida dos agricultores e da região tenham garantias de sucesso e continuidade. Por isso as proposições e práticas de apoio, tanto institucionais como financeiras, do MDA/SDT, principalmente, são de grande importância para criar e manter as condições dessas iniciativas desse segmento da sociedade.

Neste aspecto, a URI, Universidade Regional Integrada do alto Uruguai e das Missões, através de seu Campus de Frederico Westphalen, vem contribuindo com esta proposta por entender a sua grande importância para o desenvolvimento da agricultura regional. Por isso, foi escolhida, pela comunidade

territorial como sendo a entidade executora das ações que culminaram com a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS através de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

O objetivo principal deste trabalho é construir um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS para ser um instrumento orientador para a elaboração de projetos de apoio às cadeias produtivas locais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Villa-Verde, (2004) o Brasil assistiu, a partir dos anos de 1990, ao que se poderia chamar de uma "redescoberta" do rural enquanto categoria de análise passível de intervenções e interpretações. O debate sobre o tema reacendeu velhas discussões e trouxe novos parâmetros para se pensar as antigas e as novas questões do rural. Dentre as análises, pode-se dizer que a dimensão territorial do rural tomou proporções significativas. Para entender em que conjuntura ocorreu, volte-se ao rural. Mas por que "redescoberta" do rural? No Brasil, o rural emergiu não de um fato isolado, mas sim de uma conjuntura economicamente recessiva e do acirramento das lutas sociais. Internacionalmente, a reordenação jurídica, econômica e social posta em curso para criação da União Européia constituiu um fórum privilegiado de análises e de propostas de desenvolvimento. De um modo geral, pode-se dizer que o rural ganha visibilidade no contexto de crise do modelo produtivista.

A reflexão sobre o desenvolvimento, de uma maneira ou de outra, foi permeada pela questão da escala – global, nacional, regional, local. Esse olhar sobre o desenvolvimento acabou por

mostrar a existência de uma economia de base agrícola dinâmica concomitante à percepção de uma diversificação nas funções do espaço rural (VILLA-VERDE, 2004).

Para Adib (2005, p.11) apud MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004), território é um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

As comunidades de cada local possuem características específicas, portanto, buscam se apoiar naquilo em que são bons, em relação às outras para definir suas estratégias, criar seus fatores de competitividade, construir seu projeto de futuro. Portanto, os territórios (regiões) se organizam para definir suas estratégias (MDA, 2005).

> A agricultura familiar exerce um papel fundamental no processo econômico e social no Brasil, principalmente, na produção de alimentos, na geração de empregos e de riquezas. Segundo dados da FAO/INCRA de 1996, dos 5.801,809 estabelecimentos agropecuários do país, 4.339.053 (75%) são considerados estabelecimentos familiares. A agricultura familiar ocupa 59,5% do total do pessoal ocupado pela agricultura no Brasil e possui 22% da área total do país. (AMARAL, 2002, p. 09).

> Segundo Amaral (2002, p. 09) a Região Sul detêm 21% dos estabelecimentos familiares em

> relação ao total dos estabelecimentos familiares do país, sendo que estes ocupam uma área de 36,5% em relação ao total de área da Região Sul. A agricultura familiar na Região Sul também é responsável pela ocupação de 65,6% do total do pessoal ocupado pela agricultura. Analisando ainda mais, é possível perceber que em algumas produções como mandioca (69,9%), milho (60,5%), soja (41,2%), leite (65,4%) e aves (51,9%) a participação da agricultura familiar é ainda maior.

A agricultura familiar no Brasil absorve cerca de 80% da mão-de-obra do campo e produz 70% dos alimentos com apenas um terço das terras (58 milhões de hectares). Enquanto a agricultura familiar gera 01 emprego a cada 7,8 hectares de terra cultivada a grande propriedade precisa de 67,5 hectares para este 01 emprego. Apesar das grandes propriedades ocupar cerca de dois terços das terras, representa apenas 25% dos estabelecimentos do país, ocupa apenas 20% da mão-de-obra do campo e produz 30% dos alimentos (AMARAL apud COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT, 2002).

> Segundo Becker apud Gómez (1996, p. 168) o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna instalado desde a década de 1940, tem se baseado em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas, venenos químicos e mais recentemente a biotecnologia. Somente nos últimos anos vem se reconhecendo o impacto ambiental deste tipo de desenvolvimento: destruição dos solos e florestas, contaminação do ar, rios e mares. Soma-se ainda os problemas de saúde provocados pela intoxicação dos produtores

> trabalhadores agrícolas devido ao uso de agrotóxicos.

A nível mundial o desenvolvimento agrícola enfrenta o maior desafio da história da humanidade. A produção de alimentos precisa deixar de agredir ao meio ambiente, sem perder a sua eficácia. Trata-se de entender a agricultura como uma totalidade que implica considerar as diversas relações de interdependência entre produção, consumo de energia, fauna, solos, florestas e os seres humanos (ETGES, 2001).

O desenvolvimento sustentável deverá garantir a igualdade social através de mecanismos políticos os quais deverão incentivar a substituição de capital por mão-de-obra, reduzir os níveis de mecanização e o tamanho das propriedades, diversificar a produção agrícola e dar ênfase à participação dos produtores no processo de desenvolvimento (BECKER apud GOMEZ, 1996).

Segundo Becker apud Gomez, (1996) a transformação ou substituição de um modelo de desenvolvimento para outro supõe um processo de transição que algumas vezes caminha a passo lento e em outros momentos pode trazer mudanças bruscas e qualitativamente diferenciadas. Esse processo de transição significa a conversão de uma agricultura desequilibrada ou tradicional (produção familiar voltada para o autoconsumo e com uso limitado de insumos externos à propriedade) para uma agricultura ecológica e socialmente equilibrada. Esse processo de transição é lento, mas o importante é que o mesmo está em curso.

A noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo,

políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc. (BECKER apud ALMEIDA, 1996).

Valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça (MDA, 2005).

A direção do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquele linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até os dias de hoje; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. O "modelo" de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta parece ser uma verdadeira chance para reorganização conseqüente da sociedade, visando a sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena (BECKER apud ALMEIDA, 1996).

Segundo Secretária de desenvolvimento Territorial - SDT (2005) é preciso compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entendendo, desta forma, o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é um instrumento que expressa a síntese das decisões que o conjunto dos atores sociais, em conjunto com o Estado,

alcançou num dado momento no processo de planejamento do desenvolvimento territorial. Torna-se, a partir daí, um dos instrumentos para a gestão participativa do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do desenvolvimento sustentável (ADIB, 2005).

Segundo Adib (2005), o PTDRS deve integrar uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial. O importante é ser instrumento auxiliar na gestão social que permita aos atores sociais e ao Estado negociar técnica e politicamente com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas.

A gestão social condiz com o empoderamento da sociedade, com a formulação de compromisso entre o público e o privado, garantindo a participação social na gestão pública que requer sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulações em rede. O processo de gestão do desenvolvimento territorial está fundamentado na visão processual, cíclica e dinâmica perpassando as fases de planejamento, organização, monitoramento e avaliação (ADIB, 2005).

3 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foi considerado um público de aproximadamente 2.970 pessoas, 270 destes de forma direta e 2.700 de forma indireta. O Público participante são agricultores familiares, lideranças regionais, locais e agroindústrias do Território Médio Alto Uruguai, que abrange 34 municípios: Alpestre, Ametista

do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Indios, Rodeio Bonito, São José das Missões São Pedro das Missões Sagrada Família, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre.

Assim, para a construção do PTDRS foi realizado um diagnóstico, do território do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, bem como organizados três encontros microrregionais com atores sociais para maior entendimento da proposta e mobilização, realizadas quatro oficinas microrregionais de capacitação e mobilização e um seminário territorial para lançamento do PTDRS.

Estas atividades de mobilização foram realizadas nas dependências da URI – Campus de Frederico Westphalen, sendo um encontros realizado no Salão Paroquial do município de Boa Vista das Missões/RS e outro no Auditório da Prefeitura Municipal de Seberi/RS, que envolveram atores sociais do Território Médio Alto Uruguai/RS.

Por outro lado, o seminário de lançamento do PTDRS foi realizado no Pólo de Modernização Tecnológica da URI-Campus de Frederico Westphalen, apresentado de forma sistematizada e avaliado por todos os representantes dos municípios que fazem parte do território Médio Alto Uruguai, bem como lideranças locais, regionais e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e da Secretária do Desenvolvimento Territorial/ SDT.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme diagnóstico compatibilizado com informações da região e, principalmente, relativas à questão da produção agropecuária, identificou-se um conjunto de potencialidades e dificuldades.

Dentre as potencialidades destacam-se: mão de obra familiar; entidades organizadas (ONGs, cooperativas, sindicatos); agroindústrias em funcionamento e planejadas; acesso à comunicação, tecnologia e informações; recursos financeiros; clima, solo, água, produção; instituições de ensino.

As dificuldades ou entraves da região, enquanto produções agrícolas, estão assim identificadas: falta de planejamento; centralização de políticas públicas; divergência política e ideológica; desorganização, comodismo; assistencialismo; crédito falta de formação e metodologia; burocracia; falta de políticas públicas adequadas para um desenvolvimento sustentável territorial; individualismo; modelo educacional; desorganização econômica; falta de conscientização; modelo de produção.

Mas o grande entrave do desenvolvimento é a falta de um planejamento estratégico convergente, construído com participação dos atores sociais do território, para tanto, é necessário criar um fórum de debate permanente envolvendo entidades governamentais e da sociedade civil capaz de mediar conflitos, maximizar recursos.

Por falta de tecnologias apropriadas e por não estarem capacitados para aplicá-las corretamente, muitos pequenos agricultores adotam procedimentos produtivos gerenciais rudimentares (BECKER apud LACHI, 1996).

Segundo Etges (2001), a melhor forma de tornar exeqüível e economicamente estável uma pequena propriedade é através de uma grande diversificação de atividades agrícolas e sua integração com distintas atividades pecuárias e com a produção florestal. Salvo

raras exceções, um pequeno produtor não deveria ser exclusivamente agricultor ou pecuarista; e muito menos se dedicar a cultivar uma única espécie, porque tal procedimento o coloca em riscos desnecessários, à vulnerabilidade e dependências.

Segundo Becker apud Gómez e Veiga (1996) a maior parte das definições e interpretações sobre o desenvolvimento sustentável coincidem nos seguintes elementos: manutenção de longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; minimizar os impactos adversos ao meio ambiente; retorno econômico adequado aos produtores; otimização da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos, renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Com as dificuldades identificadas o que forma o indicativo do pouco desenvolvimento regional, principalmente do setor primário, busca-se, com a proposta do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS, a partir das potencialidades existentes na região, propor um conjunto de atitudes e ações que possam contribuir com a reversão desta problemática. Para tanto, estarão definidos os princípios que um Plano Regional pode contemplar e que terão as condições de encaminhar um novo conjunto de indicativos e procedimentos em apoio à agricultura regional. Foram definidas através das capacitações e mobilizações as necessidades da região. Desse modo, foram elencados Eixos aglutinadores que são a Organização da matriz produtiva, Agroindustrialização da materia prima da agricultura familiar para agregação de valor, Rede de Comercialização Solidária, Associativismo e Cooperativismo, Educação do Campo para o desenvolvimento sustentável, e Crédito para Agricultura Familiar. Além disso, o PTDRS possui atividades de suporte aos eixos aglutinadores que são: Auto Gestão territorial e organização social, Gestão Ambiental, Organização da cadeia produtiva do leite e Apicultura.

Neste sentido a proposição de um - PTDRS, poderá construir uma nova dinâmica na região encaminhando um conjunto de procedimentos favoráveis que, de fato, terão condições de aplicabilidade.

O PTDRS organiza as discussões, proposições e decisões em torno dos desafios a serem enfrentados e resultados a serem alcançados. Seu processo transita pela reflexão, crítica sobre os problemas e potencialidades, as fragilidades e oportunidades, procurando objetivar iniciativas na forma de projetos que concretizem a "visão de futuro" concertada. Para tanto, é necessário que seja percorrido o itinerário do processo político e do processo técnico, para os quais deverão ser mobilizados, sensibilizados e capacitados os atores sociais do território.

Desta forma, o plano não é apenas um documento que o representa, mas sim, um conjunto organizado de proposições e de decisões que conformam um acordo territorial que tem a participação da maioria dos atores sociais. Assim espera-se que o plano territorial apresente algumas características que o fundamenta para sua legitimidade, como ser instrumento de gestão participativa, multidimensional para atrair os diversos atores e investimentos, sendo flexível, permitindo revisões e ajustes periódicos, orientando os investimentos econômicos e sociais, gerando capital social e competências. Além disso, o mesmo deve assumir mecanismos de monitoramento e avaliação a partir de informações geradas nos territórios, de forma a efetivar um processo contínuo de revisão, amadurecimento e aperfeiçoamento de suas diretrizes e propostas.

5 CONCLUSÃO

Desde 2003 é realizado um trabalho com segmentos de agricultores no território do Médio Alto Uruguai/RS, tendo em

vista o fortalecimento da agricultura familiar. Desta forma, vem sendo realizada atividade de mobilização, como encontros, seminários, oficinas que contam com a participação da sociedade regional, expondo as políticas e propostas para o território, bem como motivando a sociedade regional para entendimento e participação das ações propostas. Além disso, através da realização de oficinas para construção do PTDRS, foi discutida com a sociedade a necessidade da construção do mesmo que é voltado para as reais e mais urgentes necessidades da agricultura familiar do território para com os dados identificados e demandas definidas, construir o PTDRS do Território Médio Alto Uruguai/RS.

O Território Médio Alto Uruguai/RS realiza suas atividades levando em consideração a Gestão Social, entendida como um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais. Portanto, o público envolvido é entidades, lideranças locais e regionais, cooperativas, agroindústrias, movimentos sociais e agricultores que buscam melhoria na produção, através do desenvolvimento rural sustentável.

O PTDRS possui diretrizes que nortearão a vinda de projetos e todas as atividades referentes ao PTDRS os quais são denominados Eixos Aglutinadores: Organização da matriz produtiva, Agroindustrialização da matéria prima da agricultura familiar para agregação de valor, Rede de Comercialização Solidária, Associativismo e Cooperativismo, Educação do Campo para o desenvolvimento sustentável e Crédito para Agricultura Familiar. Além disso, o PTDRS possui atividades de suporte aos Eixos Aglutinadores que são: Auto Gestão territorial e organização social, Gestão Ambiental, Organização da cadeia produtiva do leite e Apicultura.

O importante aqui é demonstrar que o território está preocupado com o desenvolvimento de sua agricultura e, por isso, essa decisão de passar a ter um plano que oriente suas ações de maneira mais ordenada e que possibilite melhores resultados para essa importante atividade, é de fundamental importância para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ADIB, Renaul Alberto. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: guia de planejamento**.** Brasília: SDT/MDA, 2005.

AMARAL, Volmir Ribeiro. **Agricultura familiar e agroecologia:** construindo alternativas**.** Santa Rosa: AREDE/COOPERLUZ, 2002.

BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento sustentável:** necessidade e ou possibilidade? 2. ed. Santa Cruz: Edunisc, 1999.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER–FEE. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 10/01/2006.

TERRITÓRIOS RURAIS. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt>. Acesso em: 12/01/2006.

VILLA-VERDE, Valeria. **Território, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004.